MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 7:553

Sob proposta do Ministro das Finanças, com fundamento no artigo 4.º do decreto com força de lei n.º 5:519, de 8 de Maio de 1919: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

É aberto no Ministério das Finanças, e a seu favor, um crédito especial da quantia de 1:000.000\$, destinada a reforçar a verba de 1:602.000\$ inserida no capítulo 11.º-A, artigo 51.º-A, da proposta orçamental para 1920-1921, sob a rubrica «Cofre Geral de Emolumentos do Ministério das Finanças», adicionando-se igual quantia à verba de 1:602.000\$, descrita na proposta orçamental da receita para o mesmo ano económico, no capítulo 9.º, artigo 153.º, sob a rubrica de «Cofre Geral de Emolumentos do Ministério das Finanças».

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior de Finanças, nos da alínea a) do n.º 2.º do artigo 10.º do decreto n.º 5:525, de 8 de Maio de 1919.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 17 de Junho de 1921. — *ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — Tomé José de Barros Queiroz — Abel Hipólito — José do Vale de Matos Cid — Alberto Cardoso da Silveira — Ricardo Pais Gomes — João Carlos de Melo Barreto — António Joaquim Granjo — Celestino Germano Pais de Almeida — António Ginestral Machado — Júlio Ernesto de Lima Duque — Manuel de Sousa da Câmara.*

Direcção Geral das Alfândegas

2.ª Repartição

3.ª Secção

Portaria n.º 2:791

Sendo os serviços extraordinários prestados pelos empregados dos Commissariados dos Alcoóis, hoje Inspeções da Fiscalização dos Impostos de Produção e Consumo, remunerados com 50 por cento das taxas estabelecidas na portaria de 23 de Janeiro de 1895;

É tendo sido as mesmas taxas alteradas pelo decreto n.º 7:371, de 28 de Fevereiro último:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, que se cobre pelos mencionados serviços 50 por cento das taxas estabelecidas no artigo 3.º da tabela de emolumentos anexa ao aludido decreto n.º 7:371.

Paços do Governo da República, 17 de Junho de 1921. — O Ministro das Finanças, *Tomé José de Barros Queiroz.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias do Oriente

1.ª Repartição

1.ª Secção

Decreto n.º 7:554

Atendendo ao que requereu a Societé du Madal legalmente constituída em Mônaco e com sede na capital

dêsse Principado, pedindo aprovação dos seus estatutos, para poder legitimamente exercer a sua indústria e comércio nas colónias portuguesas e principalmente na África Oriental Portuguesa: hei por bem, usando da faculdade que me confere o n.º 3.º da lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919, que alterou a Constituição Política da República Portuguesa, e nos termos e para os efeitos do artigo 2.º e seu § único do decreto de 23 de Dezembro de 1899, decretar o seguinte:

Artigo 1.º São aprovados os estatutos da Societé du Madal, que fazem parte integrante dêsse decreto e vão assinados pelo Ministro das Colónias, ficando a referida Sociedade, pelo que respeita a sua acção em território português, em tudo e por tudo, sujeita às leis e tribunais portugueses, com desistência de qualquer outro fóro.

Art. 2.º A Sociedade não poderá transferir direitos que sejam consequência da aprovação dêsstes estatutos, nem emitir obrigações nem aumentar ou reduzir o capital social, nem alterar os mesmos estatutos, sem prévia autorização do Governo Português.

Art. 3.º Quando a Sociedade pretenda efectivar a aquisição de bens imobiliários ou queira ter sucursal ou qualquer representação social em território português, ficará sujeita às disposições da legislação portuguesa, nos mesmos termos que as sociedades anónimas nacionais.

Art. 4.º A Sociedade fica sujeita ao disposto nos artigos 110.º, 111.º e 112.º do Código Comercial Português.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» das colónias.

Paços do Governo da República, 17 de Junho de 1921. — *ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — Celestino Germano Pais de Almeida.*

Estatutos da Societé du Madal

Sociedade anónima com capital de 10.000.000 de francos

CAPÍTULO I

Constituição da sociedade, denominação, objecto, duração e sede

Artigo 1.º É constituída pelos presentes uma sociedade anónima entre os possuidores das acções subsequentemente criadas. Esta sociedade ficará sujeita ao Código Comercial do Principado de Mônaco, pelos decretos soberanos e pelos presentes estatutos.

Art. 2.º A denominação da sociedade é: Societé du Madal.

Art. 3.º A sociedade tem por fim:

1.º O exercício de quaisquer explorações comerciais, agrícolas e industriais tanto em território português como no estrangeiro e principalmente na África Oriental Portuguesa;

2.º A aquisição de direitos e bens imobiliários na mesma província ou em qualquer outro ponto;

3.º Quaisquer operações mobiliárias ou imobiliárias, emprêças de obras públicas ou particulares de conta do Estado, das municipalidades, de terceiros ou da sociedade, seja por conta própria, seja em participação com terceiro;

4.º Criar emprêças parciais nas quais terá a faculdade de tomar qualquer participação ou de se associar